

STF NEGA VAGAS PARA FILHOS DE MILITARES

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu na última terça-feira duas liminares que permitem à Universidade de Brasília (UnB) negar matrícula a filhos de militares. A decisão vale para os casos em que os estudantes ingressaram em uma instituição de ensino superior privada. Mesmo que ele tenham passado por universidades públicas em transferências anteriores, a UnB pode rejeitar o aluno. De acordo com o decano de graduação da UnB, Ivan Camargo, a instituição valoriza o mérito dos estudantes que passaram no vestibular de uma universidade pública. "Não é porque instituições de outras cidades cometeram um erro que vamos cometer também", afirmou. Ivan ressaltou que qualquer decisão do STF, favorável ou não à UnB, será cumprida.

O NÚMERO

INVESTIGAÇÃO

10 CARROS

foram apreendidos pela Polícia Civil ontem em revendedoras no Pistão

CPI DA SAÚDE

Deputados distritais investigam remessa indevida de medicamentos da farmácia do Hospital Regional de Taguatinga para o Hospital Santa Juliana, em Samambaia

Suspeita de desvio de remédios

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Nova denúncia de irregularidade veio à tona ontem durante depoimentos na Câmara Legislativa. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga favorecimento ao Hospital Santa Juliana em gestões anteriores da Secretaria de Saúde, agora vai apurar casos de empréstimo indevido de medicamentos pela farmácia do Hospital Regional de Taguatinga (HRT) ao Santa Juliana. A prática é proibida.

Um depoimento prestado ontem à comissão confirma a suspeita dos parlamentares. Maria Helena Rosa, técnica administrativa lotada na farmácia do HRT, disse que o envio de remédios do estoque do hospital para o Santa Juliana era freqüente. Ela não soube dizer se o que era emprestado voltava ao HRT. Maria Helena havia negado a prática no início do interrogatório. A sessão chegou a ser interrompida por esse motivo e foi retomada em seguida. "Ela estava faltando com a verdade. Paramos para explicar o que poderia acontecer", disse a relatora da CPI, deputada Arlete Sampaio (PT). Mentir em uma CPI pode levar o depoente a ser preso em flagrante.

Ao falar sobre as transferências de medicamentos, Maria Helena também mencionou os nomes de outros dois funcionários da farmácia do HRT, o farmacêutico Sérgio Ramos de Freitas, e o técnico administrativo Tyony Alves dos Reis. Os dois, segundo ela, teriam conhecimento dos pedidos de re-

médios feitos pelo Santa Juliana. Eles foram convocados imediatamente e negaram que tivessem conhecimento das remessas. "Ouvir falar", disse Sérgio Ramos. "Pode acontecer em casos emergenciais", admitiu Tyony.

Prateleira

Uma coincidência, porém, chamou a atenção dos deputados. Sérgio Ramos é amigo do ex-chefe da farmácia do Santa Juliana Alvacir Machado Rodrigues. O farmacêutico disse que foi ao hospital particular uma vez para ajudar o amigo a arrumar a prateleira da farmácia onde ficavam armazenados os psicotrópicos, cuja origem não havia sido identificada. "Temos informação oficial que muitos desses medicamentos não foram comprados pelo hospital", afirmou a presidente da CPI, deputada Eliana Pedrosa (PFL).

Os depoimentos marcados de última hora causaram tumulto. A direção do HRT foi pega de surpresa. O vice-diretor do hospital, o médico-legista José Eduardo Reis, ficou irritado. "Chegaram de maneira intempestiva, sem se apresentar à direção do hospital. Bati de frente e vou bater sempre porque não temos nada a esconder, isso é abuso de autoridade. Espero que não se repita", reclamou.

Sobre o suposto esquema de envio de medicamentos ao Santa Juliana, Eduardo Reis disse desconhecer as denúncias. "Não sei nada da farmácia. Mas se um paciente estivesse na emergência precisando de medicamentos, não hesitaria em emprestar", disse. "Mas nós soubemos de envio

Marcelo Ferreira/CB/12.5.05



ARLETE (E) E ELIANA, INTEGRANTES DA CPI DA SAÚDE: FAVORECIMENTO AO SANTA JULIANA SOB INVESTIGAÇÃO

de dipirona, um remédio que tem em qualquer farmácia", contestou Arlete Sampaio.

Cobranças

Duas ex-funcionárias do Santa Juliana revelaram ontem aos deputados que ocorria a cobrança indevida de serviços prestados. As ex-faturistas Verônica da Silva Bezerra e Elaine Gomes de Sousa admitiram que incluíam itens a mais nas relações de materiais utilizados enviadas à Secretaria de Saúde. Verônica citou o caso das faturas da UTIs, cujos valores das diárias incluem o uso de monitores. A utilização do equipa-

mento, porém, era cobrada à parte. Nas faturas constavam sempre o gasto de 24 luvas por dia, ainda que não fossem necessárias.

A CPI foi instaurada em março com base em um relatório do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) apontando suspeita de favorecimento ao Santa Juliana. Segundo o departamento, 98% dos recursos destinados ao pagamento de internações de pacientes do SUS em instituições particulares foram gastos com o hospital durante a gestão de Arnaldo Bernardino. "Nós estamos trabalhando agora para que as provas

não sejam questionadas futuramente na Justiça", disse Pedrosa.

Educação

Um pouco menos adiantada, a CPI da Educação na Câmara Legislativa dará um passo importante hoje nas investigações. Os deputados distritais apuram denúncias de fraudes nos contratos firmados entre a secretaria e empresas de transporte escolar no período de 1999 a 2005. O ex-subsecretário de Suporte Educacional da secretaria e ex-assessor de campanha da deputada Eurides Brito (PMDB), Manoel Carneiro, conclui hoje depoimento iniciado em 10 de junho.